

HABEAS CORPUS Nº 538.588 - SP (2019/0303736-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : LUIZ ANTONIO DA SILVA
ADVOGADO : LUIZ ANTÔNIO DA SILVA - SP118876
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALCIONE SALES DA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO DOMICILIAR. PACIENTE MÃE DE CRIANÇA. ORDEM COLETIVA CONCEDIDA NO HC N.º 143.641/SP PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E ART. 318 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO, COM TRÂNSITO EM JULGADO. PERDA DO INTERESSE PROCESSUAL. DISCUSSÃO À LUZ DO QUE DISPÕE A LEI N.º 7.210/1984. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALCIONE SALES DA COSTA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação Criminal n.º 0000164-79.2016.8.26.0591.

Consta dos autos que a Paciente foi presa em flagrante delito, juntamente com outra pessoa, no dia 27/08/2016, e denunciada como incurso nos crimes de tráfico e associação para o tráfico por ter em depósito, para fins de entrega a consumo de terceiros, 98,96g (noventa e oito gramas e noventa e seis centigramas) de *crack* e 20,68kg (vinte quilos e sessenta e oito gramas) de maconha.

No dia 05/12/2017, foi a Ré condenada como incurso nos arts. 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal, à pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 1.200 (mil e duzentos) dias-multa, com valor diário da multa correspondente ao mínimo legal, vedado o apelo em liberdade.

Em 19/03/2018, contudo, o Juízo de primeiro grau concedeu a prisão domiciliar à apenada, nos termos do *Habeas Corpus* coletivo n.º 143.641/SP concedido

pelo Supremo Tribunal Federal.

Inconformado com essa decisão, o Ministério Público paulista interpôs recurso em sentido estrito na Corte *a quo*, que foi provido por considerar a concessão da liberdade após o advento da sentença condenatória desarrazoada.

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, entretanto, concedeu a ordem de *habeas corpus* para determinar a imediata colocação da Paciente em prisão domiciliar, nos termos do art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, mediante condições a serem definidas pelo Juiz de primeiro grau (HC 479.798/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, julgado em 26/02/2019, DJe 15/03/2019).

Sobreveio julgamento do recurso de apelação que negou provimento ao recurso da Paciente e deu provimento ao recurso do Ministério Público, elevando a pena para 9 (nove) anos, 7 (sete) meses e 6 (seis) dias de reclusão e 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) dias-multa em seu mínimo unitário, mantidos os demais termos da sentença.

Outrossim, o acórdão determinou que após decorrido o prazo para oposição de eventuais embargos infringentes ou de declaração, fosse expedido mandado de prisão em desfavor da acusada ALCIONE SALES COSTA (fl. 235).

Defende o Impetrante, em suma, que (fl. 4):

"Nenhuma justificativa plausível e idônea foi apontada para cumprimento de pena em regime fechado. Pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, foi determinando a expedição de mandado de prisão, sem, observar que a prisão domiciliar não foi revogada, ainda pendura a condição de mães de menor de dose anos."

Busca, assim, liminarmente, *"a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, com fundamento na lei 13.257/16 e artigo 318, inciso V do Código Penal"* (fl. 9).

Deferi o pedido liminar para determinar que a Paciente permaneça em prisão domiciliar até o trânsito em julgado da condenação, por verificar que o acórdão impugnado está em desacordo com o entendimento firmado pela Suprema Corte nos autos do HC n.º 143.641/SP.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 638-660, 661-667 e 668-690.

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 694-697, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Decido.

Noticia o endereço eletrônico do Tribunal *a quo* que "o v. acórdão do(a) *Apelação Criminal*, número 0000164-79.2016.8.26.0591, transitou em julgado em 16/08/2019 para efeito de recurso em 2ª Instância por parte do Ministério Público e por parte da Defesa da ré Alcione Sales da Costa."

Desse modo, tratando-se, agora, de execução definitiva da pena, fica manifesta a perda do interesse processual no presente *writ*, que buscava a prisão domiciliar nos termos do entendimento firmado pela Suprema Corte nos autos do HC n.º 143.641/SP, pois a condenação da Paciente já transitou em julgado.

Outrossim, conforme o entendimento desta Corte Superior de Justiça, "*em caso de prisão para o cumprimento provisório da pena, não tem aplicabilidade o art. 318, III, do CPP, dirigido para os casos de prisão preventiva.*" (AgInt no RHC 95.741/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 30/05/2018). Portanto, o art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, não se aplica à Paciente, que já se encontra em cumprimento definitiva de pena.

Agora, o cabimento da prisão domiciliar na hipótese deve ser analisado à luz do que dispõe a Lei n.º 7.210/84, perante o Juízo das Execuções Criminais, sendo defeso a este Superior Tribunal de Justiça se pronunciar originariamente sobre a matéria, sob pena de supressão de instâncias.

Nesse sentido:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. RÉ QUE SE DEDICA A ATIVIDADES CRIMINOSAS. ALTERAÇÃO DESSE ENTENDIMENTO. REEXAME DE PROVAS. REGIME PRISIONAL. QUANTIDADE E NATUREZA DO ENTORPECENTE. MODO FECHADO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITO. FALTA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITO OBJETIVO. PRISÃO DOMICILIAR. TRÂNSITO EM JULGADO. PLEITO PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. WRIT NÃO

Superior Tribunal de Justiça

CONHECIDO.

[...]

6. Constatado o trânsito em julgado da ação penal condenatória, fica prejudicado o pleito de conversão da prisão cautelar em domiciliar, nos termos do art. 318 do CPP, pela perda do objeto, posto que a custódia da acusada não possui mais caráter preventivo, competindo ao Juízo da execução a análise da possibilidade de concessão do regime domiciliar, nos termos do art. 117 da Lei de Execução Penal.

7. Habeas corpus não conhecido. Liminar cassada." (HC 463.641/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 13/11/2018).

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora